

Quadro I  
Complexos Agroindustriais de Oleaginosas e Alimentos Animais  
Efeitos do Rebalanceamento das Tarifas sobre as Exportações Brasileiras

Produtos Exportados	Valor das Exportações (US\$ 1,000.00)	Participação nas Importações Totais (1)	Tarifa Vigente	Tarifa Proposta	Quota Tarifária (1.000 t)	Redução das Receitas de Exportação (US\$ 1,000.00) (2)
Farelo de soja	1.583.616	62,4%	6%	12%	16.710	209.037
Soja grão	617.598	18,1%	0%	6%	14.235	14.822
Pellets cítricos	122.363	48,7%	0%	6%	379	2.937
Torta de gérmen de milho	59.013	15,1%	6%	12%	2.260	7.790
Melaço	24.688	10,4%	0%	6%	3.074	1.629
Outros farelos vegetais	13.620	03,2%	0%	6%	nd	1.797
Resíduos de origem vegetal	10.794	04,1%	0%	6%	nd	291
Outros produtos	6.027	-	-	-	-	131

Fonte : Lopes, M. de R. "Brazilian Agribusiness Sector And Trade Relationship, With European Economic Community: A Case Study of Oil-seeds And Animal Feed Complexes". Tables II, III, and IV. Brasília-DF, May 1992.

(1) Participação do Brasil nas importações totais da CEE.

(2) Perdas de divisas ou redução do volume de exportações devidas ao rebalanceamento.

nd = não disponível.

## A Teoria das Vantagens Comparativas e o Comércio Agropecuário Internacional: PONTOS PARA REFLEXÃO

Mariano Marques (\*)

Um dos pilares da teoria econômica relativa ao comércio internacional é a teoria das vantagens comparativas. A pergunta que se faz é se ela se aplica ao setor agropecuário mundial. Nos parágrafos

seguintes vão alguns pontos para se discutir a questão no cenário internacional e suas prováveis implicações no meio rural brasileiro.

A teoria das vantagens comparativas no comércio internacional

diz que a configuração ótima de produção e comércio para um país é determinada por uma comparação do custo de oportunidade para produzir uma determinada mercadoria com o preço pelo qual ela possa ser importada. Em equilíbrio, não é produzida qualquer mercadoria que possa ser importada a um custo mais baixo. Sob os pressupostos de pleno emprego e concorrência perfeita, o custo de oportunidade de uma mercadoria, que é o valor dos fatores usados para produzi-la em seu melhor emprego alternativo, é igual ao valor de mercado.

Por esta teoria, seria de se esperar que os países menos desen-

(\*) Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento.

volvidos se especializassem mais em produtos primários. Por outro lado, vê-se que os países desenvolvidos (Comunidade Econômica Europeia - CEE, Japão e Estados Unidos) apesar de, aparentemente, não obterem vantagens comparativas na produção agropecuária, ainda assim investiram pesado neste setor, passando de importadores líquidos a exportadores de produtos agropecuários, como é o caso da CEE. O que levou esses países a dirigirem seus recursos a um setor que, em princípio, seria desvantajoso para eles, foi principalmente o fator chamado de segurança alimentar, particularmente a CEE e o Japão, que tiveram problemas de abastecimento alimentar, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra. Assim, à medida que a agricultura nesses países, tornando-se um fator de segurança nacional, mudou de uma atividade baseada em recursos naturais apenas para uma atividade com base científica, o crescimento a produtividade nestes setores excedeu uma evolução natural de rendimento do setor.

Para que houvesse incentivo à produção, a CEE, o Japão e os EUA desenvolveram uma série de sistemas de sustentação de preços e renda do produtor, que envolvem combinações de mecanismos que desencorajam, diretamente, importações de produtos agropecuários (impostos de importação, restrições quantitativas, comercialização estatal, taxas de câmbio múltiplas e até mesmo a proibição pura e simples de se importar determinado produto - é o caso do arroz no Japão); que encorajam, diretamente, as exportações (subsídios às exportações e taxas de câmbio múltiplas) e a produção doméstica (preços de sustentação e pagamentos compensatórios). Isto levou a um crescimento rápido da produção agrícola e à desova de excedentes nos mercados externos, resultando numa mudança nas relações de troca desfavorável à agricultura, afe-

tando particularmente os países em desenvolvimento, que em geral não dispõem de tal esquema de sustentação.

Pelo exposto até aqui, viu-se que os países desenvolvidos, em nome da segurança alimentar, praticamente não levaram em consideração as vantagens comparativas. Por seu turno, dada a instabilidade dos mercados mundiais de produtos agropecuários, os países em desenvolvimento fizeram o contrário, isto é, foi feito um esforço de industrialização e praticamente deixada de lado a agricultura. Isto é mais claro no caso brasileiro, onde o desenvolvimento industrial se fez às custas da agricultura. Esta discriminação, tanto no mercado de fatores quanto no de produtos, reduziu os incentivos à produção. As novas indústrias, desenvolvidas para apoiar objetivos econômicos nacionalistas, com freqüência não foram capazes de produzir os novos insumos biológicos, químicos e mecânicos, essenciais para o desenvolvimento agrícola. A política de preços foi dirigida para gerar um excedente econômico dos produtores em geral e colocá-lo no então incipiente setor industrial via transferência de renda através de, por exemplo, taxas de câmbio valorizadas que penalizavam o setor agrícola e protegiam o industrial.

Além disto, há, também, uma demanda por alimentos a baixo custo, gerada pelo setor urbano. Durante os períodos inflacionários, que são a tônica do país, há pressões para disfarçar os efeitos da inflação, através de tentativas de estabilização dos preços dos alimentos básicos, o que desestimula fortemente a produção agrícola. Assim, as políticas adotadas para as culturas de exportação (câmbio defasado para proteger a indústria) e para os alimentos (preços controlados em nível baixo de modo artificial, através de tabelamentos, por exemplo), tornam-se um subproduto das relações políticas entre o

Governo e as diversas camadas da sociedade, desfavorecendo o setor agrícola.

Tentou-se contrabalançar este tipo de pressão no setor com uma política de crédito rural subsidiado. Claro está que não se pode afirmar que todo o crédito foi mal empregado; ainda assim, as perdas por ineficiência devidas a uma alocação errada destes recursos foram grandes. Agora percebe-se que a intervenção exagerada do Governo no mercado de produtos e a supressão ou a substituição das atividades de mercado (comprando toda a safra e carregando no tempo, por exemplo) não necessariamente aumentaram a eficiência da atividade.

O Brasil tende a penalizar a sua atividade agropecuária, o que poderia desembocar numa reversão, isto é, o país se tornaria um importador líquido de produtos agropecuários. Mas tal não se deu. Vê-se que, apesar das políticas adotadas até então, o setor agrícola ainda assim tem conseguido atender uma grande parte do que lhe é demandado, não só abastecendo o mercado interno como gerando excedentes que são exportados, sendo responsáveis por quase a metade da pauta da balança comercial. Não se deve esquecer que a agricultura brasileira é a quinta do mundo, com uma área agricultável que dá mais da metade dos seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Isto implica que o setor tem potencial para atender a qualquer tipo de demanda. Neste sentido, o setor agropecuário poderia ter um papel preponderante no desenvolvimento econômico do país. A história econômica relata que a revolução industrial é precedida pela revolução agrícola, não devendo ser invertida a relação temporal.

O desenvolvimento econômico do país, então, não pode ser conquistado deixando-se de lado a agricultura, principalmente levando-se em conta as dimensões continentais do Brasil. As vantagens comparativas naturalmente surgirão

quando a cotação de um bem refletir o custo de oportunidade de produzi-lo. Por outro lado, as políticas relativas ao setor agropecuário pelos países desenvolvidos fazem com que os preços internacionais não reflitam mudanças fundamentais na demanda ou na tendência da produtividade, sendo que o item

segurança alimentar mais do que subrepuja qualquer hipótese de desvantagem comparativa ao produzir bens agropecuários, expondo os países em desenvolvimento exportadores destes bens a oscilações de preços que freqüentemente levam a desequilíbrios nas suas transações internacionais, desestimulando

ainda mais a atividade. Assim, não é que a teoria das vantagens comparativas esteja errada ou não se aplique; mas ocorre que, quando se encara o abastecimento alimentar como um item de segurança nacional, não se medem esforços para que o país não dependa de fontes externas, provavelmente incertas.

### Referências Bibliográficas

Ethier, W. – Higher Dimensional Issues in Trade Theory, in Handbook of International Economics, edited by Ronald Jones and Peter Kenen, North – Holland, 1984., pp 131-181.

Letiche, J. et alli – The development of gains from trade theory: Classical to modern literature, in "Economic perspectives: An annual survey of Economics", vol. 1, pp 119-149. New York: Harwood, 1979.

---

## "O Colapso da URSS e Seus Reflexos na Agricultura Mundial"

---

Benedito-Carlos Lemes (\*)

Os reflexos da implosão do Império Soviético ainda estão para ser completamente avaliados, tanto no âmbito interno – da recém-criada

CEI – quanto na esfera de poder no mundo, e suas conseqüências para a Ordem Internacional.

Abolido o sistema totalitário baseado numa economia completamente estatizada, os países da ex-URSS estão atravessando um período de grande turbulência política, econômica e social.

Conglomerado de dimensão geográfica gigantesca, com uma extensão superior a 22.200.000 km<sup>2</sup> (quase três vezes a superfície do Brasil<sup>(1)</sup>), a Comunidade de Es-

---

(\*) Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento.

(1) Excluindo a Lituânia, Letônia e Estônia.

000702800